

**Abrasco: Como ocorreu sua escolha para presidente do Consea?**

**Elisabetta Recine:** Pelo regulamento do Consea, compete à representação da sociedade civil a presidência do Conselho. Um documento aprovado na última plenária da gestão passada definiu procedimentos e critérios para esta definição. Nós, representantes da sociedade civil, nos reunimos na tarde de quarta-feira (dia 17/05), quando fizemos uma discussão sobre a atual conjuntura e os desafios para o próximo período. Chegou-se a um consenso em torno do meu nome e que foi acatado pelos conselheiros do governo na plenária, realizada no dia seguinte. Fica faltando o ato formal da nomeação, última etapa burocrática a ser cumprida, pois o nome do presidente do Consea deve ser encaminhado à Casa Civil pelo ministro do Desenvolvimento Social [atualmente, Osmar Terra]. O Palácio do Planalto chancela e então envia para publicação do decreto de nomeação.

**Abrasco: Maria Emília Pacheco, presidente anterior do Consea, destacava regularmente o desafio da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). No entanto, da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional aos dias atuais, o cenário político mudou. O principal desafio do Consea continua o mesmo?**

**Elisabetta Recine:** A implementação do Sisan é um desafio permanente por ele ser um sistema intersetorial no qual é necessário compartilhar decisões e estratégias com diferentes setores. E cada setor têm culturas e prioridades específicas. Isto, por si só, é complexo pois requer a redefinição de paradigmas da gestão pública, pois o paradigma é setorial. A intersetorialidade é um desafio, com algumas vitórias e bons exemplos, mas é sempre um movimento contracorrente. Se tudo estivesse bem, era um desafio que continuaria posto. No entanto, numa situação como estamos vivendo agora, quando vemos um processo de fragilização de políticas públicas, de fortes restrições orçamentárias e até de questionamentos sobre os caminhos do país, tudo fica mais difícil. A gente precisa redobrar os esforços e o compromisso com a perspectiva da intersetorialidade e de uma visão global de segurança alimentar e nutricional. Que a gente olhe para a questão não apenas pelo ter ou não ter alimentos, mas pela sua qualidade, pela forma como ele é produzido.

**Abrasco: Que materialidade foi dada aos debates realizados nas diversas etapas da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?**

**Elisabetta Recine:** A Conferência fez a análise das resoluções das conferências estaduais e

encontros temáticos. Tivemos o entendimento de que, se foi aprovado nestas etapas, é porque tem importância e significado, não cabe a nós entrar no mérito, mas sim construir um olhar nacional que possa elencar prioridades. Foi uma quantidade grande de recomendações, que são ao mesmo tempo importantes, mas com pesos muito diferentes. Para a conferência, estabelecemos um processo no qual os acúmulos dos movimentos e dos estados passaram por um processo de definição de prioridades debatido em nove eixos temáticos. De mais de 300 recomendações, passamos para 80 prioridades distribuídas entre os eixos como produção de alimentos; abastecimento; organização das ações de saúde; cooperação internacional; apoio aos povos e comunidades tradicionais e indígenas, entre outros. De posse do relatório, o governo analisou o conjunto de recomendações e prioridades em desafios, com ações e metas, agora materializados no 2ª Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan 2016 – 2019), iniciado no ano passado e aprovado em fevereiro de 2017.

#### **Abrasco: Qual a avaliação sobre a aplicação do 2º Plansan?**

**Elisabetta Recine:** Na primeira plenária deste ano, foi apresentado o processo de monitoramento que está sendo realizado pela Câmara Interministerial de SAN e ficou clara a necessidade de um olhar atento pela sociedade, não só para acompanhar o alcance das metas foram, mas também para uma abordagem processual e qualitativa. Há uma frase que tem muito valor para nós que militamos nesta área de que os meios interferem, sim, nos fins. Não queremos qualquer processo para chegar em resultados. O processo aqui faz muita diferença e defendemos processos que tenham participação e controle social, que tenham transparência, que priorizem os grupos mais vulnerabilizados. Temos de olhar resultados e processos de maneira articulada.

Nesta apresentação foi possível identificar na série histórica a partir de 2015 a redução no orçamento de ações da agricultura familiar, extensão rural e apoio aos povos e comunidades tradicionais e indígenas, o que é preocupante. Há também metas cujo o nível de atendimento é muito pequeno até o momento. São aspectos que precisaremos acompanhar com mais atenção, fazer uma avaliação qualitativa para entender por que o nível de atingimento está tão baixo.

**Abrasco: O debate da sociedade brasileira tem sido marcado não somente sobre as ações do Executivo, mas também dos demais poderes. Como o Consea pretende atuar nessas demais esferas?**

**Elisabetta Recine:** Foi debatido na nossa primeira reunião que é necessária uma estratégia estruturada de diálogo com as forças que podem ser parceiras dentro do Congresso Nacional. Há uma tradição de trabalho e afinação com os parlamentares para a inclusão de temas da alimentação, como houve na aprovação da PEC que incluiu a alimentação como direito na Constituição. Há também uma Frente Parlamentar de SAN no Congresso que precisamos estreitar a parceria. No entanto, neste momento, há várias iniciativas no legislativo que colocam em risco a soberania e segurança alimentar e nutricional, o monitoramento dos agrotóxicos, dos transgênicos, o direito à terra dos povos indígenas. Precisamos não só de um monitoramento constante e ativo das atuais tramitações, mas também ampliar nossa interlocução com parlamentares que estão comprometidos com uma agenda de direitos humanos e igualdade social. Foi citado também o papel do Judiciário na onda de criminalização dos movimentos sociais e na perda de direitos. Mais do que olhar só para o Executivo, precisamos retomar com maior intensidade a articulação com os outros poderes também.

**Abrasco: Denominamos e entendemos por sociedade civil como um conjunto muito amplo de entidades e organizações. Na área da Alimentação, é expressivo o número de empresas e entidades empresariais que também criam organizações e formas de atuar na sociedade sem deixar claro seus reais interesses. Como você entende essas movimentações?**

**Elisabetta Recine:** Veja o lema da 5ª Conferência: “Comida de Verdade”. Quando foi escolhido pela plenária era um lema original, forte e que cumpria com o objetivo de ser de fácil compreensão. Mesmo que seu significado mude de pessoa para a pessoa, de grupo para grupo, sua compreensão é imediata. É uma comunicação tão forte e direta que chegou ao ponto de ter sido capturada. “Comida de Verdade” hoje é um lema utilizado por uma gama de setores e sujeitos envolvidos com alimentação e nutrição, com significados profundamente distintos. Até transnacionais o estão utilizando, mas ao se ler o Manifesto divulgado na 5ª Conferência está muito claro o seu significado na perspectiva dos movimentos, organizações e militantes que lutam pela soberania e segurança alimentar e nutricional. Temos uma tensão. Enquanto para nós é importante dar visibilidade e fazer proposições aos aspectos estruturais da alimentação, há uma clara tentativa, por exemplo, de individualizar os problemas e

culpabilizar as pessoas. Essa abordagem deixa de lado a profunda determinação social e econômica da escolha dos alimentos, da construção dos padrões alimentares. Os sistemas alimentares hegemônicos são dirigidos por interesses que estão longe do objetivo primeiro do alimento, que é garantir a vida. Nesse modelo, o sistema alimentar gera apenas commodities, recursos e capital e não comida de verdade. Outro aspecto deste cenário é a disputa de narrativas. É só observamos a velocidade e intensidade de produção de documentos, filmes, artigos científicos, programas de televisão, cooptação de figuras públicas. Estes materiais estão gerando narrativas, maneiras de pensar. Logo, os movimentos vinculados aos processos que entendem o alimento como vida precisam também dar visibilidade às suas narrativas. Isso é um processo de conscientização, de geração de capacidade de análise crítica e compromisso. Nossos meios e estratégias podem, devem e serão diferentes das estratégias utilizadas pelas empresas e suas organizações, mas precisamos chegar às pessoas. Elas precisam compreender que a forma como se alimentam gera uma série de processos que se articulam. Quando nós escolhemos nossa comida estamos escolhendo uma maneira como o mundo se organiza, e isso a toda hora, a todo o momento. A partir do momento em que se tem consciência disso, fazer escolhas coerentes torna-se absolutamente imprescindível e natural. Você se coloca junto com o mundo que você quer construir. Isso pode parecer complexo, mas é possível pois tem coerência.

**Abrasco: E tal cenário não é um privilégio brasileiro, certo?**

**Elisabetta Recine:** É uma situação mundial. Essas disputas de forças têm conexão com as disputas que acontecem no cenário global. As grandes fusões, por exemplo, transnacionais que já eram extremamente poderosas, como a Monsanto e a Bayer. Quais os interesses quando duas empresas como essas se juntam? Temos um profundo processo de concentração de poder político e econômico e os desafios ficam maiores para a valorização e proteção da agricultura familiar, a produção orgânica e agroecológica, os circuitos locais de produção e abastecimento, acesso à terra, proteção de sementes crioulas, entre outros. Essa concentração e poder não se expressa apenas no mundo econômico e corporativo, tem expressões claras nas disputas que ocorrem, por exemplo, na forma com a governança em alimentação e nutrição está se estruturando nos espaços multilaterais.

**Abrasco: Para o senso comum e mesmo para sanitaristas de outras áreas o debate da soberania e segurança alimentar e nutricional é pouco concreto. Como evidenciar e**

**trazer para o cotidiano das pessoas mudanças na forma como se relacionar e compreender os sistemas alimentares?**

**Elisabetta Recine:** De uma maneira simplificada diria que é criar processos locais, tanto de produção como de comercialização. Isso tem efeitos extremamente positivos do ponto de vista da dinamização econômica e social das localidades, na redução de insumos, no meio ambiente. Consegue-se ter modos de produção com lógicas próprias, de uma compreensão de como a natureza pode produzir alimentos, que se vale da agroecologia. Há muito conhecimento nesse processo, não tem nada de esotérico, de misticismo, como dizem alguns críticos. Não é só produzir grão, mas é produzir alimento, sustentabilidade, empoderamento comunitário. É produzir uma sociedade melhor e muito mais estruturada. Quando pensamos essa perspectiva para as grandes cidades isso ganha muitas faces. Por exemplo, a agricultura urbana, que traz para as cidades a recuperação do vínculo das pessoas com o alimento, algo tão básico para nossa vida. Isso acaba gerando outras formas de se relacionar com o espaço urbano, requalifica as relações sociais. Nosso trabalho é reposicionar e recolocar o alimento no lugar que teve por muito tempo e que, pela história da organização das sociedades, se desvirtuou. De fato, o sistema alimentar hoje gera doenças, infelizmente. Essa pandemia de obesidade, vem de onde? Vem da forma como o sistema alimentar se organizou. Então a gente precisa olhar para isso.

**Abrasco: É a primeira vez que uma profissional da saúde assume a presidência do Consea e, no teu caso, além de ser nutricionista, é também uma professora universitária e pesquisadora. Qual a importância da ciência e da saúde hoje nos desafios postos ao Conselho e à construção da agenda de SSAN?**

**Elisabetta Recine:** Mais do que falar da importância da ciência, temos de falar da importância do conhecimento, tanto do acadêmico, como do tradicional e do popular. A articulação entre esses diferentes saberes é fundamental. Assim como a Saúde Coletiva tem clareza do papel das práticas integrativas no cuidado à saúde, do ponto de vista da SAN, a gente pode fazer uma similaridade. O conhecimento científico, a informação objetiva, o detalhamento, a análise, tudo isso tem um papel, e precisamos articular este conhecimento com os saberes tradicionais e populares, todos eles são fundamentais para compreendermos e atuarmos para a garantia da SAN. O patrimônio, a cultura e as práticas tradicionais são tão legítimos quanto a ciência.

Sou uma profissional de saúde com uma trajetória ligada às políticas públicas de alimentação

e nutrição, ao direito humano à alimentação e à saúde, à Promoção da Saúde, à segurança alimentar e nutricional. O que configurou a possibilidade de um profissional de saúde estar hoje no processo de facilitar o trabalho dentro do Consea foi porque demos passos muito importantes na direção de integrar essas dimensões, tanto da segurança alimentar como da dimensão nutricional, compreendendo que esses dois mundos são absolutamente interdependentes e que tanto a dimensão da produção tem consequências, interfere e condiciona os desfechos alimentares e nutricionais como vice-versa. Temos de compreender como um processo, como um grande campo onde esses elementos se articulam. A agenda de sistemas alimentares e nutrição está ganhando visibilidade e cada vez fica mais claro o que significa. Se hoje temos uma profissional de saúde, uma nutricionista indicada para a presidência do Consea, isso mostra que compreendemos que, mais do que uma figura com características pessoais, o que realmente conta é a articulação de um coletivo. Talvez há duas décadas atrás fosse improvável pensar um profissional de saúde nesse lugar, mas estamos num processo histórico no qual é importante colocar outros atores em ação e compreender esses desdobramentos e extensões.

*Entrevista concedida em 24 de maio de 2017*

*Editada e publicada em 14 de junho de 2017*